



OEA



Adriana Cruz

Secretária-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Juíza titular da 5ª VF Criminal no Rio de Janeiro. Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC RJ. Doutora em Direito Penal pela UERJ. Professora de Direito Penal na PUC-RIO. Integra os Comitês Executivos do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário e do Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial, ambos no CNJ.



OEA



Adriano Marcus
Brito de Assis

É Membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Ex-Presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia.
Assessor Especial da Presidência da Conamp.
Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca-Espanha.



OEA



Benoni Belli

Ingressou na carreira diplomática em 1994 e exerce o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) desde julho de 2023. Ao longo da carreira, serviu nos seguintes postos no exterior: Cônsul-Geral do Brasil em Chicago (2020 a 2023); Chefe da Chancelaria e Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil em Washington (2013 a 2017); Conselheiro comissionado e chefe do setor político, de imprensa e divulgação da Embaixada em Argel (2006 a 2008); Primeiro Secretário e chefe do Setor de Promoção Comercial e Turismo da Embaixada em Buenos Aires (2002 a 2006); Segundo Secretário encarregado de direitos humanos e assuntos humanitários na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (1999 a 2002). No Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, exerceu as seguintes funções: Diretor do Departamento de Estados Unidos da América (2019 a 2020); Secretário de Planejamento Diplomático (biênio 2017-2018);



Chefe da Divisão de América Meridional I (2008 a 2012), unidade encarregada das relações bilaterais com Argentina e Uruguai; e assessor da Divisão de Direitos Humanos e do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (1995 a 1999). Graduado em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é mestre em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Autor dos livros “Tolerância Zero e Democracia no Brasil” e “A Politização dos Direitos Humanos”, ambos publicados pela editora Perspectiva de São Paulo. É co-organizador dos livros: “The Road Ahead: The 21st-Century World Order in the Eyes of Policy Planners”, publicado em inglês em 2018 pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG); “Colonial Legacies in the Luso-Brazilian World”, publicado em 2022 pela Biblioteca Newberry de Chicago; e “O Brasil e o Mundo: estudos sobre o pensamento de Gelson Fonseca Junior”, publicado em 2023 pela FUNAG.



OEA



Caio Marinho

Presidente da AJUFE, atualmente lotado na 1ª Relatoria da 1ª Turma Recursal do Amapá e do Pará - TRF1; Presidente da 1ª Turma e Coordenador das Turmas Recursais; foi Juiz Eleitoral substituto no Tribunal Regional Eleitoral do Pará - TRE/PA, de junho de 2023 a junho 2024; Coordenador Comitê de Gestão de Pessoas - TRF1, de 2019 a 2024; integrante do Centro Local de Inteligência da Justiça Federal - Seção Judiciária do Pará; Coordenador dos Juizados Itinerante do Marajó, nos anos de 2018 e 2019; Juiz Instrutor do Superior Tribunal de Justiça - STJ, no período de junho de 2016 - 2018.



OEA



Caroline Vaz

Natural de Porto Alegre/RS, é Promotora de Justiça do Estado do RS, já foi Subprocuradora-Geral de Justiça de Gestão Estratégica (2021/2023), Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPRS (2019/2021) e Coordenadora do Centro de Apoio do Consumidor por duas gestões (2014/2019). Foi Vice-Presidente da AMPRS (2013/2015). É Doutora em Direito pela Universidade de Zaragoza (Espanha), Mestre em Direito pela PUCRS e acadêmica no LLM de Direito Digital, Cybersecurity e Inteligência Artificial na FMP. Professora de Direito Civil e Direito do consumidor da Graduação e da Especialização da PUCRS e palestrante dos Cursos Preparatórios da ESMAFE e FMP. Autora de livros e artigos na área de Responsabilidade Civil.



OEA



Carlos Vinícius
Alves Ribeiro

Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público;
Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação da
Escola Superior do Ministério Público da União;
Promotor de Justiça; Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Direito
de Estado pela USP e em Democracia pela Universidade
de Coimbra; Professor no Mestrado no IDP.



OEA



Cristiano Vilhalba
Flores

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul desde 1999, atualmente titular do 2º juizado da 3ª Vara dos feitos da fazenda pública de Porto Alegre. É formado em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), especialista em Direitos Fundamentais pela Pontifícia Universidade Católica (Pucrs). É Mestre e Doutor em Direito Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Também atuou como professor na Escola da Magistratura da AJURIS e na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Atualmente é presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS).



OEA



Dante Mauricio
Negro Alvarado

Bacharel em Direito pela Pontificia Universidad Católica del Perú, onde também concluiu pós-graduação em Direito Econômico Internacional. Mestre em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Universidade de Notre Dame, Indiana. Trabalha na Organização dos Estados Americanos (Washington, D.C.) desde 1995 e é Diretor do Departamento de Direito Internacional desta Organização desde 2006. É Secretário Técnico da Comissão Jurídica Interamericana, e, como tal, nos últimos anos promoveu ativamente a adoção de princípios sobre privacidade e proteção de dados pessoais (2021); a lei modelo interamericana 2.0 sobre acesso à informação pública (2020); o guia sobre a lei aplicável aos contratos comerciais internacionais (2019); os princípios da defesa pública nas Américas (2016); os princípios sobre recibos alfandegários eletrônicos para produtos agrícolas (2016); o guia de princípios sobre responsabilidade social empresarial na área de direitos humanos e meio ambiente nas Américas (2014); e a lei modelo das sociedades simplificadas (2012).



Desde 2009, leciona no Mestrado em Proteção Internacional dos Direitos Humanos da Universidade de Alcalá, Espanha, e foi nomeado professor honorário da Universidade de San Martín de Porres, em Lima, Peru. É membro do Instituto Hispano- Luso-Americano-Filipino de Direito Internacional (IHLADI), do Instituto de Estudos Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (IDEI-PUCP), da Associação Americana de Direito Internacional Privado (ASADIP) e International Law Association (ILA) – capítulo peruano. Além disso, é membro do Conselho Editorial da Revista "Agenda Internacional" do Instituto de Estudos Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (IDEI-PUCP) e do Conselho Editorial da Revista "Direito e Sociedade" da Associação Civil Direito e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Ele fez inúmeras apresentações sobre temas de Direito Internacional, público e privado, e o sistema interamericano na América e na Europa.



OEA

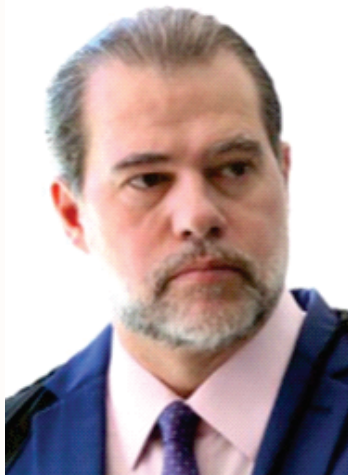


**Delaíde Alves
Miranda Arantes**

Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Conselheira da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT); Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB); Curso de Aperfeiçoamento e Alta Formação em Direito do Trabalho, Pós-graduação (Università Degli Studi Di Milano); Formação em Normas Internacionais do Trabalho (NIT), Organização Internacional do Trabalho (OIT); Curso Acesso à Justiça e Não Discriminação: Reflexões a partir dos Estândares Interamericanos (Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA/ENAMAT); Direito e Processo do Trabalho, Pós-graduação, Universidade Federal de Goiás (UFG); Magistério Superior, Pós-Graduação PUC-GO; Coordenadora do Comitê de Prevenção e Enfrentamento da Violência, Assédio e Discriminação (CPEVASD/TST/CSJT); Ouvidora-Geral da Justiça do Trabalho (TST/CSJT); integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (UnB/CNPq), da Associação Juízes para a Democracia (AJD), do Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados do MPT e da Magistratura (IPEATRA) e da Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho (JUTRA).



OEA



Dias Toffoli

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco - Universidade de São Paulo - USP (1986 - 1990). Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral. Professor do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Advocacia Pública da Escola da Advocacia-Geral da União. Professor Colaborador do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (de 13 de setembro de 2018 a 10 de setembro de 2020). Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal (de 12 de setembro de 2016 a 12 de setembro de 2018). Presidente da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (de 26 de maio de 2015 a 30 de maio de 2016) e (de 1º de agosto de 2023 a 1º de agosto de 2024). Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (de 13 de maio de 2014 a 12 de maio de 2016). Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (de 19 de novembro de 2013 a 12 de maio de 2014). Presidente da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (de fevereiro a dezembro de 2012) e (2 de fevereiro de 2021 a 17 dezembro de 2021). Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (2014).



Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (de 29 de maio de 2012 a 12 de maio de 2016). Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral (de 17 de dezembro de 2009 a 28 de maio de 2012). Advogado-Geral da União (de março de 2007 a outubro de 2009). Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (de janeiro de 2003 a julho de 2005). Advogado em São Paulo (de março de 1991 a julho de 1995) e em Brasília (de março de 2001 a dezembro de 2002 e de julho de 2005 a fevereiro de 2007). Professor da Escola de Magistratura da AMAGIS - Associação dos Magistrados do Distrito Federal (2002). Professor da Faculdade de Direito do UniCEUB - Centro Universitário de Brasília/DF (de 1996 a 2002). Chefe de Gabinete da Secretaria de Implementação das Subprefeituras do Município de São Paulo (2001). Assessor Jurídico da Liderança do PT na Câmara dos Deputados (de 1995 a 2000). Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1994). Consultor Jurídico do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores Nacional - CUT (de 1993 a 1994).



OEA



Dorotheo Barbosa
Neto

Natural de Guaxupé, Minas Gerais, Brasil, Dorotheo Barbosa Neto é bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Franca desde 2005, pós graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Estácio/CERS, Especialista em Gestão de Projetos e Gestão Pública pela Universidade Cruzeiro do Sul. É Juiz do Trabalho desde 2010. Já foi Juiz Auxiliar da Presidência, Precatórios, Execução e Conciliação do TRT-14, Gestor Regional e Nacional da Comissão Nacional da Efetividade da Execução Trabalhista, Coordenador Executivo do Laboratório de Tecnologia para Recuperação de Ativos e Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no âmbito da Justiça do Trabalho. Desde 2020 é Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça e Coordenador do Programa Justiça 4.0.



OEA



Fernando Andrade
Alves

Natural de Canela (RS), Fernando Andrade Alves é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS (2005) e possui especializações em Direito Processual Penal pela Fundação Escola do Ministério Público (FMP, 2019), em Direito Penal Econômico, Internacional e Europeu pela Universidade de Coimbra/PT - Instituto de Direito Penal Econômico, Internacional e Europeu (2020), e em Direito Administrativo e Gestão Pública pela FMP (2023). Promotor de Justiça no Ministério Público do Rio Grande do Sul desde 2011, atuou nas Promotorias de Caçapava do Sul, São Borja, São Gabriel, Tramandaí e Osório, além de ter sido Promotor do Tribunal do Júri em Passo Fundo e Porto Alegre. Foi idealizador do Projeto Alquimia II, conquistando o 2º lugar no Prêmio CNMP 2022 na categoria Integração e Articulação. Atualmente, é presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) e da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública.



OEA



Frederico Mendes Jr.

Frederico Mendes Junior, Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública de Maringá, Paraná. Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. Integra o GEPHEIINSE - Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa (CNPq). Mestre em Direito Processual e Cidadania na Universidade Paranaense (UNIPAR). Graduado em Direito na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Foi presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), por dois mandatos. É presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB). Tem experiência administrativa junto a presidência do Tribunal de Justiça do Paraná e procuradoria jurídica do Município de Maringá. Experiência em ensino superior. Atualmente é professor da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) e Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito.



OEA



Georges Seigneur

Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para os biênios 2022-2024 e 2024-2026. Presidente do Grupo Nacional de Acompanhamento Processual do CNPG (2023-2024). Presidente do Grupo Nacional de Tecnologia da Informação do CNPG (2023-2024). Vice-Presidente do Ministério Público da União no CNPG (2023-2024). Ingressou no MPDFT em 2002, tendo exercido os cargos de Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral, Assessor de Políticas Institucionais, Assessor Parlamentar, Coordenador das Promotorias de Justiça do Paranoá e titular de diversas promotorias criminais, sendo hoje titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social (PJFEIS).



Graduou-se em Direito (1999) e titulou-se mestre em Direito e Estado (2005) pela Universidade de Brasília – UNB, com especialização em Direito Processual Penal. Examinador de diversos concursos em âmbito nacional para carreiras jurídicas, especialmente para ingresso de membros do Ministério Público e da Magistratura. Professor universitário de Direito, com especializações em Direito Processual, Penal, Constitucional e em legislação aplicada ao MPU, com vasta contribuição para publicações acadêmicas nas áreas do Direito Penal, Processo Penal, Constitucional e Internacional.



OEA



Ilan Presser

É juiz federal da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins. Secretário-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo, com dissertação sobre o tema da Litigância Climática em Cortes Constitucionais. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo em programa de graduação sanduíche com a Universidade LMU, em Munique/Alemanha. Docente de Direito Ambiental em Escolas da Magistratura e cursos de pós-graduação.



OEA



Ivan C. Marques

É o atual Secretário de Segurança Multidimensional da Organização dos Estados Americanos (OEA). É especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos, advogado e mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual de Campinas (Brasil) e Direitos Humanos pela London School of Economics and Political Science (Inglaterra). Na sua vida profissional tem colaborado com os setores público e privado trabalhando em questões de relações institucionais, planejamento estratégico, segurança cidadã, proteção dos direitos humanos e redução da violência. Em sua carreira, contribuiu para a Câmara Americana de Comércio do Brasil, a Prefeitura de São Paulo, o gabinete da Presidência da República do Brasil, o Ministério dos Direitos Humanos do governo federal e o Instituto Sou da Paz, uma das organizações da sociedade civil pioneiras em campanhas e propostas políticas contra a violência armada no Brasil. Mais recentemente, foi consultor das Nações Unidas e diretor executivo da coalizão internacional Rede de Ação Internacional sobre Armas Leves (IANSA). Por seus serviços prestados ao desenvolvimento da segurança pública no Brasil, recebeu diversos prêmios, com destaque para o título de Grande Oficial da Ordem do Mérito da Segurança Pública concedido pela Presidência da República em 2018.



OEA



Ivana Lúcia
Franco Cei

Doutoranda em Direito pela Universidade John F. Kennedy em convênio com o Instituto de Educação Superior Latino-americano - IESLA, Buenos Aires - Argentina. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Especialista em Direito Penal e Processo Penal Pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra - ESG. Foi a segunda mulher a assumir o cargo de Procuradora Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá - MPAP - Biênios: 2011/2013, 2013/2015, 2019/2021 e 2021/2023. Foi Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG - Gestão 2021/2022. Professora do Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP, (Disciplina Direito Ambiental); Procuradora de Justiça no MPAP, na 9ª Procuradoria, e Coordenadora do Centro Integrado de Investigação e Inteligência do MPAP. Atualmente Conselheira e Ouvidora Nacional do Ministério Público (2024-2026) e Presidente da Comissão do Meio Ambiente do CNMP.



OEA



Jean Michel Arrighi

Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade do Uruguai.

Professor de Direito Internacional Público na Universidade do Uruguai e na Universidade Católica do Uruguai.

Ministrou cursos em várias universidades na América e na Europa, incluindo a Hague Academy.

Entre muitas associações, é membro do "Institut de Droit International" e vice-presidente da Sociedade Latino-Americana de Direito Internacional.

Autor de livros e artigos sobre direito internacional público, sendo o último desses livros "A OEA e o direito internacional", publicado no México em 2015. Foi Diretor Nacional de Comércio do Uruguai. Desde 1993, é assessor jurídico da Secretaria- Geral da OEA, onde ocupou o cargo de Secretário de Assuntos Jurídicos desde 2008.



OEA



Leila Correia
Mascarenhas Barreto

Assessora-Chefe Executiva da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mestre em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília - UNB. Especialista em Direito Público. Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Assessora-Chefe da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (2020-2022). Assessora de Ministro no Supremo Tribunal Federal (2022-2023). Integra o Comitê Executivo do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário no CNJ.



OEA



Leonardo Cezar
dos Santos

Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Mestre em Estratégias Anticorrupção e Políticas de Integridade e Doutor em Estado de Direito e Governança Global pela Universidade de Salamanca/Espanha, sendo pesquisador visitante no Centro Judiciário Federal, em Washington D.C., EUA. Membro da Associação Internacional de Promotores de Justiça (International Association of Prosecutors).

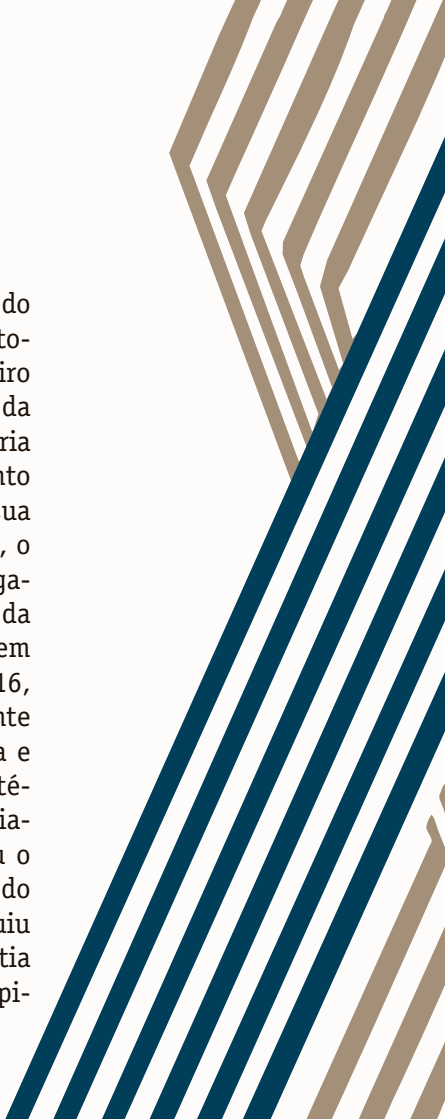


OEA



Leonardo Puntel

O Ministro Almirante de Esquadra Leonardo Puntel nasceu em 27 de novembro de 1958, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Ingressou na Marinha do Brasil em 1973 no Colégio Naval, sendo declarado Guarda-Marinha em 1979 na Escola Naval. Foi promovido a Contra-Almirante em 31 de julho de 2009, a Vice-Almirante em 31 de março de 2013 e a Almirante de Esquadra em 25 de novembro de 2016. Em 2 de outubro de 2020, assumiu o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar e, desde 8 de abril de 2024, exerce, também, o cargo de Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União. Concluiu todos os cursos da carreira. Em 1994, foi selecionado para o Curso de Comando e Estado-Maior e, em 2004, participou do Curso de Política e Estratégia, ambos realizados na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro-RJ, com distinção, sendo o segundo curso que o qualificou para os títulos de Mestre e Doutor em Ciências Navais. Possui MBA em Gestão Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Entre suas numerosas funções e comissões na Marinha do Brasil, destacam-se: Comandante do Rebocador de Alto-Mar “Almirante Guilhem” e Comandante do Navio-Veleiro “Cisne Branco”; Comandante do Corpo de Aspirantes da Escola Naval, e em 3 de maio de 2012, assumiu a Diretoria de Ensino da Marinha; fez parte do grupo de recebimento do Contratorpedeiro “Pará”, em San Diego, EUA, desde sua transferência, e de janeiro de 1999 a fevereiro de 2001, o Almirante de Esquadra Puntel atuou como Oficial de Ligação no Comando-em-Chefe da Esquadra do Atlântico da Marinha dos Estados Unidos da América (NorfolkEUA); em 2014, assumiu o Comando do 5º Distrito Naval e, em 2016, assumiu o Comando do 1º Distrito Naval; como Almirante de Esquadra, foi designado para ser Chefe de Logística e Mobilização e Chefe de Assuntos Estratégicos, do Ministério da Defesa; em 23 de abril de 2018, assumiu a Diretoria-Geral de Navegação e, em 4 de abril de 2019, assumiu o cargo de Comandante de Operações Navais. No Comando do 1º Distrito Naval, na cidade do Rio de Janeiro, contribuiu para o planejamento e execução das Operações de Garantia da Lei e da Ordem durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.



Além disso, contribuiu para a consolidação do Serviço de Polícia Judiciária Militar, organização criada por determinação do Comando da Marinha, com o objetivo de instrumentalizar e tornar mais eficientes os procedimentos de investigação de crimes militares, proporcionando a melhoria da atividade pericial e investigativa na Força Naval. Ao exercer seus comandos, o Almirante de Esquadra Leonardo Puntel desempenhou as funções de Autoridade Policial Judiciária Militar.



OEA



Luiz Fernando
Tomasi Keppen

Natural de União da Vitória/PR, é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Iniciou a carreira na Magistratura Estadual em 1989, tendo atuado nas comarcas de Umuarama, Alto Paraná, Campo Mourão, Londrina e Curitiba. Em 2013 foi promovido a Desembargador Estadual, atuando nas 18ª, 6ª e 16ª Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Foi Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (2023-2025). Foi Vice-Presidente e Corregedor (2016/2017) e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (2016/2017). Foi Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (2019/2021), membro de vários Comitês e Grupos de Trabalhos, sendo, inclusive, relator da Resolução CNJ nº 410, que estabeleceu a Política Nacional de Integridade Judicial.



OEA



Mariana Aquino

1999-2003 - Bacharela em Direito Pontifícia - Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). 2013 - Especialista em Direito Militar - Universidade Cândido Mendes (UCAM). 2019 - Diplomada em Direito Internacional Humanitário. Universidade de Leiden, Holanda. 2022 - Diplomada em Direito Internacional Humanitário Avançado. Instituto Internacional de Direito Humanitário, Itália. 2024 - Mestranda em Direitos Humanos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Ouvidora da Mulher da Justiça Militar da União (2023 - 2024); Vice-Presidente do Colégio de Ouvidorias Judiciais da Mulher (COJUM), representante da Justiça Militar; Membro do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao assédio moral, sexual e discriminação como representante da Justiça Militar no CNJ; Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao assédio moral, sexual e discriminação na Justiça Militar (2022 - 2024); Palestrante em eventos voltados ao estudo e fomento do Direito Militar e da proteção jurídica à mulher; e Professora em cursos de pós-graduação em Direito Militar e de cursos preparatórios para concursos.



Coautora do livro "Crimes contra Mulheres" - cap. O assédio sexual como crime militar extravagante, editor Mizuno; Autora do livro "Peculiaridades do Inquérito Policial Militar" e coautora dos livros "Direito Militar em Movimento - uma homenagem ao Prof. José Carlos Couto de Carvalho"; "Comentários à Lei de Organização da Justiça Militar da União"; "Perspectivas da Justiça Militar Contemporânea"; "Estatuto dos Militares Comentado"; "Crimes Militares Extravagantes"; "Sinopses de Direito Administrativo Militar"; "Violência de gênero e grupos vulneráveis"; "Direito Militar em Foco"; e "Estudos Avançados de Direito Militar II"; Coautora da Cartilha "Conhecendo a Proteção Jurídica à mulher militar" e "Conhecendo a prevenção e o combate ao assédio moral, sexual e discriminação na JMU", ambas publicadas pelo STM; Autora de diversos artigos jurídicos.



OEA



Natascha Maldonado
Severo

Juíza Federal Substituta da Justiça Militar desde 2015. Atua na 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, em Porto Alegre/RS. É Conselheira Consultiva da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM), Membro do Conselho da International Organization for Judicial Training (IOJT), Membro da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual e Discriminação da Justiça Militar da União (COMPREV) e Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais da Justiça Militar – AJUFEM. Graduiu-se, com láurea, em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É especialista em Direito Público pela PUCRS e, atualmente, cursa mestrado em Direito Penal e Ciências Criminais na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal.



OEA



Patrícia Maeda

Doutora em Direito do Trabalho (05/2020) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Pós-doutora em Direito (03/2024), pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto (FDRP-USP). Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí/SP no TRT da 15a. Região, atualmente convocada para atuar como Juíza Auxiliar da Direção da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT). Atuou como Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional da Justiça do Trabalho (CSJT) (2023/2024). Ex-Auditora Fiscal do Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego (1999-2009). Ex-coordenadora da Comissão de Estudos Relativos a Questões de Gênero no Direito Internacional, no Direito Brasileiro, na Sociedade e na Magistratura da ENAMAT (2022/2024). Docente formadora da ENAMAT. Professora convidada na ENFAM), no CNJ e em diversas Escolas Judiciais. Ex-colaboradora no Grupo de Trabalho para desenvolvimento de Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no CNJ (2021); ex-coordenadora do Grupo de Trabalho para elaboração dos Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória no âmbito da Justiça do Trabalho (2023/2024).



OEA



Paulo Cezar dos Passos

Natural de Pereira Barreto/SP, Paulo Cezar dos Passos é Bacharel em Direito pela Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso – FUCMAT, atual Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, desde 1989, sendo pós-graduado strictu sensu pela UCDB em Direito Processual, mestre em Direito pela Universidade Paranaense – UNIPAR, doutorando em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP. Foi Defensor Público de 1991 a 1992 no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido aprovado em 1º lugar em concurso público de provas e títulos. É membro do Ministério Público de Mato Grosso do Sul desde 1992, tendo sido aprovado em 1º lugar em concurso público de provas e títulos. Foi Presidente da Associação dos Membros do Ministério Público de Mato Grosso do Sul de 2007 a 2009. Foi Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul de 2016 a 2018, sendo reeleito para um segundo mandato de 2018-2020. Foi Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPGE) de 2019-2020. É Conselheiro Nacional do Ministério Público, tendo exercido o primeiro mandato de 2021 a 2023, estando exercendo seu segundo mandato de 2024 a 2026, onde atualmente exerce a presidência da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público.



OEA



Paulo Gonet Branco

Paulo Gonet Branco é formado em Direito pela Universidade de Brasília (1982), mestre em Direitos Humanos Internacionais pela Universidade de Essex, no Reino Unido (1990) e doutor em Direito pela UnB (2008). Ingressou no Ministério Público Federal em 1987, tendo sido aprovado em 1º lugar. Em 2012, foi promovido por merecimento ao cargo de subprocurador-geral da República, último nível da carreira. Atuou como diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) entre 2020 e 2021, como vice-procurador-geral Eleitoral, de julho de 2021 a setembro de 2023, e procurador-geral eleitoral interino entre setembro e dezembro de 2023. Paulo Gonet é professor universitário há mais de 35 anos, com diversas publicações e artigos jurídicos, em especial Direito Constitucional, versando temas relacionados a direitos fundamentais, controle de constitucionalidade e estrutura do Estado.



OEA



Renata Gil

Formada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialização em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense (NUCLEF – UFF). Mestrado profissional em Direito pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP); Presidente da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) nos biênios 2016/2017 e 2018/2019; Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no triênio 2020/2022. Fundadora do Instituto Nós por Elas, lançado em abril de 2023; Juíza Titular da 40ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupa desde 2007; Conselheira no Conselho Nacional de Justiça desde fevereiro de 2024; Presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis (CPVT); Presidente do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (FONAVIM); Coordenadora do Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero (CJPG); Coordenadora do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário (CPEAD);



Coordenadora do Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário (COFEM); Ouvidora Nacional da Mulher; Presidente do Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; Coordenadora do Comitê Gestor Nacional da Primeira Infância; Presidente do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ); Supervisora da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário.



OEA



Tarcísio José Sousa
Bonfim

Tarcísio José Sousa Bonfim é brasileiro, maranhense, nascido aos 07 dias do mês de dezembro de 1973, na cidade de São Luís/Ma. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão; Pós-graduação em Ciências Criminais pela UFSC; Pós-graduação em Direito Constitucional pelo UNICEUMA; Ingressou no Ministério Público do Estado do Maranhão em 1999, onde passou pelas Promotorias de Justiça de Loreto, Icatu, Vitorino Freire, Cururupu, Balsas, João Lisboa e desde 2013, é titular da 8ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de São Luís. 2º Vice-presidente da CONAMP no biênio 2018/2019; 1º Vice-presidente da CONAMP nos biênios; Presidente da CONAMP, biênio 2024/2026.



OEA



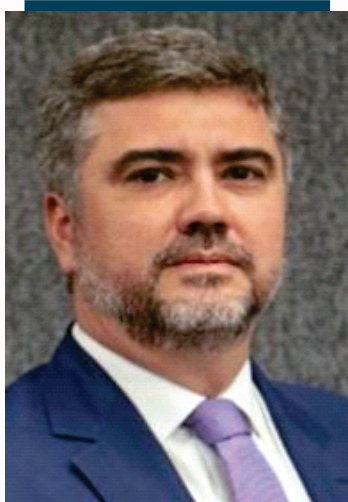
Ubiratan Cazetta

Ubiratan Cazetta é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Ingressou no Ministério Público Federal (MPF) em 1996.

Atualmente, exerce o seu segundo mandato como presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) - biênio 2023-2035 / 2021-2023. Já foi vice-presidente da entidade e diretor de Assuntos Legislativos. É docente da Escola Superior do Ministério Público da União e da Escola Superior de Magistratura do Estado do Pará. Além disso, integrou o Conselho de Administração da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e, durante quatro anos, ocupou o cargo de Coordenador da Assessoria Jurídica em Matéria de Tutela Coletiva do gabinete do então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Coordenou a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) de abril de 2022 a julho de 2023.



OEA

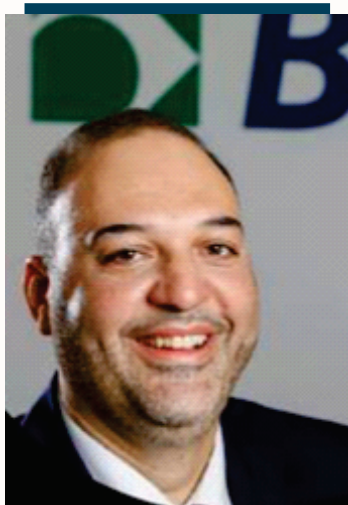


Valter Shuenquener
de Araújo

Tem Doutorado em Direito Público pela UERJ, com pesquisa de doutoramento na Ruprecht-Karls Universität de Heidelberg (Alemanha). Atualmente é Professor Associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ, Juiz Federal e está atuando em regime de cooperação na Secretaria de Assuntos Jurídicos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi Coordenador do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário por indicação do Presidente do STF (2020-2022) e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) no CNMP. Ocupou os cargos de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (2020-2022), de Conselheiro Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público por indicação do Supremo Tribunal Federal (biênios de 2015-2017 e 2018-2020), de Juiz Auxiliar e Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal (2011-2014), de Juiz Auxiliar no Tribunal Superior Eleitoral (2015), de Procurador do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001) e de Procurador Federal (2000).



OEA



Walter Baere de
Araujo Filho

Procurador Federal, atualmente Diretor Jurídico do BNDES, ex-Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ex-Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra - Portugal. Foi Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Assessor Especial do Ministro de Estado de Minas e Energia, foi responsável pela Coordenação-Geral de Geologia, Mineração e Transformação Mineral da Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia, foi um dos Coordenadores na elaboração dos Projetos de Lei para a exploração e produção de petróleo e gás natural na província do Pré-Sal e responsável pela redação do Anteprojeto de Lei para o Setor de Mineração. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ – e Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ –, em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes e em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET.



OEA



Walter Barone

Desembargador da 14^a. Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo. Coordenador de Cursos Internacionais da Escola Paulista da Magistratura – EPM. Presidente do Grupo Ibero-americano da União Internacional de Magistrados – UIM. Vice-presidente da Associação Paulista de Magistrados – APAMAGIS. Ex-presidente da Federação Latinoamericana de Magistrados – FLAM. Ex-presidente da 1^a. Comissão de Estudos da União Internacional de Magistrados – UIM. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e em Administração Pública pela Faculdade de Administração da Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ex-bolsista do Instituto Max-Planck para Direito Penal e Internacional em Freiburg, Alemanha.